



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

178

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0202005-7 GARANHUNS/PE

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

ADVOGADO: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA PE012450

APELADO: JOSÉ CLÁUDIO CAVALCANTI SILVA

ADVOGADO: ERASMO TARGINO SAMPAIO PE011675

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO: 12 DE MARÇO DE 2013

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE REJEITADA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO MANTIDO.

1. O recurso apelatório é tempestivo, pois muito embora haja certidão de trânsito em julgado da sentença, houve equívoco quando da intimação da instituição financeira, que foi feita em nome de seu representante legal. Determinada nova intimação pelo magistrado de piso, dessa vez em nome do advogado da ora apelante, começou a correr novo prazo para interposição do recurso, o qual foi protocolado dentro do prazo definido na norma processual.

2. Realizado contrato de empréstimo consignado, cujo adimplemento realizar-se-ia através do débito de 36 parcelas mensais em folha de pagamento, foi comprovado nos autos que além da consignação dos valores devidos, o banco, ora apelante, também descontou da conta corrente do apelado valores referentes às parcelas do empréstimo.

3. Devida, portanto, indenização pelo dano moral impingido, cujo valor fica mantido em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por atender ao binômio reparação/desestímulo.

4. Por unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso.

AS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0202005-7, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de intempestividade recursal e, no mérito, negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 21 de março de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

163

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0202005-7 GARANHUNS/PE
APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
ADVOGADO: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA PE012450
APELADO: JOSÉ CLÁUDIO CAVALCANTI SILVA
ADVOGADO: ERASMO TARGINO SAMPAIO PE011675
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A em face da sentença de fls. 81/84 proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns/PE que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, distribuída sob o nº 216.2008.000744-0, julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a empresa ré, ora apelante, ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do evento danoso.

A presente demanda originou-se em pedido de ressarcimento por danos morais supostamente sofridos em face de descontos e cobranças indevidos em contrato de mútuo consignado firmado.

Informa o petitório inicial que as partes litigantes realizaram Contrato de Empréstimo Consignado nº 31218, em 20 de dezembro de 2006 (fls. 10/11), cujo adimplemento seria realizado através do desconto em folha de pagamento de parcelas mensais no valor fixo de R\$ 455,40 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos). O primeiro vencimento perpetrar-se-ia em janeiro de 2007 e o último em dezembro de 2009, perfazendo 36 parcelas.

Ocorre que, conforme aduzido na exordial, apesar de ter havido os descontos dos valores na folha de pagamento do autor/apelado, também houve débito das parcelas na sua conta corrente, havendo estorno de algumas e de outras não.

Por entender que “a situação ora tratada no caso em apreço se apresenta capaz de acarretar danos ao conceito do Autor, uma vez que, com a cobrança indevida e aliada à ameaça a agressão existiu” (fl. 83), o juiz sentenciante condenou o banco ao pagamento de indenização por dano moral, na forma acima explicitada.

Nas razões recursais (fls. 99/108), o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A alega não haver prova da ocorrência de danos morais, afirmando que “o dano deve ser certo quanto à sua existência, ou seja, a lesão tem de ser real, pois meras conjecturas e ilações afastam esse tipo de certeza” (fl. 102).

Pugna, ao final, pelo provimento recursal para que seja reformada por completo a sentença atacada. Caso dessa forma não se entenda, requer a redução do *quantum* indenizatório a patamar condizente com o princípio da proporcionalidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Contrarrazões às fls. 136/147, pela manutenção da condenação em danos morais, com sua majoração. Requer ainda a repetição do indébito, com o pagamento em dobro das quantias descontadas indevidamente, em face da omissão da sentença quanto a este ponto.

É o relatório.

Ao ilustre Des. Revisor.

Recife, 17 de outubro de 2011.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0202005-7 GARANHUNS/PE

APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

ADVOGADO: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA PE012450

APELADO: JOSÉ CLÁUDIO CAVALCANTI SILVA

ADVOGADO: ERASMO TARGINO SAMPAIO PE011675

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

MÉRITO

Como de sabença trivial, nas últimas décadas, o legislador pátrio, atento às necessidades dos jurisdicionados no sentido de obter uma prestação jurisdicional célere e eficaz, tem, de forma recorrente, adotado determinadas medidas, principalmente na sistemática recursal, com vistas à efetividade do processo. Para tanto autorizou a prolação de decisões monocráticas nas hipóteses do Art. 557, *caput* e §1º-A, em reverência aos princípios da economia processual e da razoável duração do processo (hoje elevada à categoria de cláusula pétrea por força da EC nº 45/2004).

Feitas estas considerações preambulares, passo à análise do caso concreto.

Entendo por bem esclarecer, logo de início, a impropriedade da apresentação, nas contrarrazões, de pedido de majoração do montante indenizatório fixado e de condenação à repetição do indébito. Sabe-se que a sistemática processual pátria permite que, interposta apelação contra a decisão monocrática, seja apresentado recurso adesivo no prazo para contrarrazoar, em observância ao disposto no Art. 500, do CPC, subordinando-se às mesmas condições de admissibilidade, preparo e julgamento do recurso principal.

Assim, não há razão para se apreciar o pedido da parte recorrida, uma vez que as contrarrazões recursais não se prestam para manifestações de natureza postulatória.

O ponto nodal do presente recurso cinge-se em saber se efetivamente houve dano à moral do apelado, suscetível de indenização.

Pois bem.

Como relatado acima, as partes litigantes realizaram contrato de empréstimo consignado (fls. 10/11), cujo adimplemento realizar-se-ia através do débito de 36 parcelas mensais em folha de pagamento, restando incontroverso, nos autos, o fato de que a despeito da consignação dos valores devidos, o banco, ora apelante, descontou da conta corrente do apelado valores referentes às parcelas do empréstimo, sob o fundamento de que o órgão pagador – *in casu*, o Tribunal de Justiça de Pernambuco – não lhe repassara o devido.

Isso demonstra, sobejamente, a ocorrência de abalo moral sofrido pelo ora recorrido, sendo cabível a indenização por dano moral, pois conforme bem argumentou o magistrado sentenciante “o Requerente teve sua conta-salário invadida pelo Banco Requerido quando do empréstimo consignado celebrado entre as partes. A jurisprudência pátria é uníssona ao reconhecer a ilegalidade do desconto de valores provenientes de remuneração existentes em contas-salário do consumidor, pois tal ato é considerado abusivo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

e as cláusulas contratuais que o autorizam são consideradas nulas de pleno direito, conforme leciona o artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor” (fl. 82).

Percebe-se que a partir do momento em que tomou ciência da situação, o recorrido contactou a instituição financeira, a fim de ressarcir-se das quantias indevidamente debitadas (fl. 26/27). No entanto viu-se de tal modo desrespeitado, que preferiu ingressar com ação judicial a fim de resolver a pendenga.

A atitude do banco apelante configura falha na prestação do serviço, nos moldes do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, ensejando o dever de indenizar, independentemente de qualquer agir culposos, pois configura responsabilidade objetiva decorrente do próprio risco do negócio.

Embora não tenha havido a inscrição do nome do recorrido nos cadastros de inadimplentes, isso não impediu que ele tivesse retirado de seu saldo bancário, de inopino e sem qualquer contratação prévia, valores que já haviam sido descontados de sua folha de pagamento. Se houve demora no repasse das parcelas deduzidas de seu contracheque, não pode a instituição financeira buscar ressarcimento pelo débito arbitrário na conta corrente do consumidor.

Assim, constatado o desconto indevido, a ausência do numerário previsto configura, deveras, abalo moral indenizável. Ressalte-se, outrossim, que a despeito de o Banco Santander ter estornado a maior parte dos débitos perpetrados na conta, restou não comprovada a restituição de quantia superior a R\$ 900,00 (novecentos reais) – fls. 13/22.

Não obstante isso, a própria conduta abusiva da apelante já demonstra violação de direitos da personalidade, permitindo a imposição de dever indenizatório. Abaixo, trago à colação julgado nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. TERCEIRO NÃO AUTORIZADO QUE, PORTANDO O CARTÃO DO CORRENTISTA E SUA SENHA, REALIZA SAQUES DIRETAMENTE NO CAIXA DO BANCO. NEGLIGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CARACTERIZADA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. I – [...] II - A propósito do dano moral, prevalece no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que a responsabilidade do agente decorre da comprovação da falha na prestação do serviço, sendo desnecessária a prova do prejuízo em concreto. III - O esvaziamento da conta da correntista é ato objetivamente capaz de gerar prejuízo moral, pelo sentimento de angústia que causa ao consumidor. Recurso provido. (STJ. REsp 835.531/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2008, DJ 27/02/2008, p. 191, sem grifos no original)

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATAÇÃO FEITA POR FALSÁRIO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

169
p

RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. Da preliminar de não conhecimento do recurso 1.[...] 2.O autor logrou comprovar os fatos articulados na exordial, no sentido de que foram descontados indevidamente valores de seu benefício previdenciário, em decorrência de contrato que não celebrou. 3. Comprovada a falha na prestação do serviço, deve ser responsabilizada a ré pelos descontos indevidos, os quais comprometeram a subsistência do autor. Conduta abusiva da apelante na qual assumiu o risco de causar lesão à postulante, mesmo os de ordem extrapatrimonial, daí ensejando o dever de indenizar. 4. No que tange à prova do dano moral, por se tratar de lesão imaterial, desnecessária a demonstração do prejuízo, na medida em que possui natureza compensatória, minimizando de forma indireta as conseqüências da conduta da ré, decorrendo aquele do próprio fato. Conduta ilícita da demandada que faz presumir os prejuízos alegados pela parte autora, é o denominado dano moral puro. 5. [...] (TJRS, Apelação Cível Nº 70036773554, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 31/08/2011, sem grifos no original)

Presentes, portanto, a conduta ilícita, consubstanciado nos descontos indevidos na conta do apelado, o dano causado ao recorrido, ante a limitação indevida dos seus ganhos, bem assim o nexo de causalidade entre a primeira e o segundo, no que se impõe, indiscutivelmente, a condenação a título de danos morais, conforme determina o art. 186 do Código Civil¹.

Consigno que há entendimento consolidado nos Tribunais no sentido de não haver necessidade de demonstrar-se o efetivo dano em razão da dificuldade de produção de tal prova, tratando-se de um bem incorpóreo, bem como face à presunção da existência do dano, pois inquestionáveis os aborrecimentos decorrentes da cobrança indevida, *in verbis*:

RESPONSABILIDADE CIVIL. MULTA DE TRÂNSITO INDEVIDAMENTE COBRADA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DANO PRESUMIDO. VALOR REPARATÓRIO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO 1. Como se trata de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Por outras palavras, o dano moral está insito na ilicitude do ato praticado, decorre da gravidade do ilícito em si, sendo desnecessária sua efetiva demonstração, ou seja, como já sublinhado: o dano moral existe *in re ipsa*. Afirma Ruggiero: "Para o dano ser indenizável, 'basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos

¹ CC. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito.” 2. [...] 5. Recurso especial provido. (STJ. REsp 608.918/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/05/2004, DJ 21/06/2004, p. 176, sem grifos no original)

Assim, não merece reparo a sentença de primeiro grau, sendo perfeitamente correta a condenação da ora apelante à reparação por danos morais verificados.

A dor, o sofrimento ou o constrangimento suportados pelo ofendido são, decerto, irreparáveis, consoante serem valores de natureza inapreciável. Este tipo de indenização (pelo dano imaterial) serve como meio de se mitigar a dor da vítima, impingindo-lhe o conforto necessário para que o sofrimento experimentado seja, ao menos, compensado.

É cediço que a reparação do dano moral há de ser arbitrada em consonância com as circunstâncias de cada caso e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal da ofendida, evitando-se, porém, que se converta em fonte de enriquecimento ou se torne inexpressiva.

O valor da indenização, nesse passo, deve ser arbitrado em patamar que ofereça compensação ao lesado, para atenuar o sofrimento havido, e inflija sanção ao causador do dano, visando a coibir a reiteração da prática de atos lesivos à personalidade de outrem.

Assim, verifico ser perfeito o *quantum* indenizatório estipulado, uma vez que se coaduna com o comumente aplicado pelo STJ e por este Egrégio Tribunal, por atender ao binômio reparação/desestímulo, *in verbis*:

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA DE DÍVIDA. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO OU DE QUALQUER OUTRA PUBLICIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, FIXADO EM R\$ 87.004,00 PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). 1.- Quem obtém o encerramento de conta-corrente bancária tem direito à tranquilidade ulterior, de modo que o acréscimo de débitos a ela e o envio de missivas com ameaças de cobrança constitui dano moral indenizável. 2.- Na fixação do valor da indenização por dano moral por ameaça de cobrança tratando-se de débitos inseridos em conta encerrada deve ser ponderado o fato da inexistência de publicidade e de anotação no serviço de proteção ao crédito, circunstâncias que vêm em desfavor de fixação de valor especialmente elevado, mormente se considerados os valores que vêm sendo fixados por esta Corte. 3.- Recurso Especial provido em parte, **reduzindo-se a R\$ 10.000,00, em moeda do dia deste julgamento, o valor de R\$ 87.004,00, fixado no caso de cobrança indevida de débito de R\$ 870,00. (STJ. REsp 731.244/AL, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 23/11/2009)**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ABALO DE CRÉDITO - RESTRIÇÃO DE CRÉDITO [...] REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO - DECISÃO UNÂNIME. [...] Já no que diz respeito aos critérios para fixação do quantum indenizatório, não existe orientação segura, uniforme e objetiva na doutrina ou na jurisprudência de nossos Tribunais. Desta maneira, é necessário atentar-se para todas as circunstâncias fáticas do processo, como a gravidade objetiva do dano, seu efeito lesivo, a natureza e a extensão do dano, as condições sociais e econômicas da vítima e dos ofensores. Ocorrência de excesso no *quantum* indenizatório, reduzindo-se seu valor para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mantendo-se no mais a sentença *in totum*. Apelo parcialmente provido. Decisão unânime. (TJPE – ApCiv nº137773-7, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, 6ª Câmara Cível, j. em 26/8/2008, sem grifos no original)

Outrossim, atende ao disposto no Art. 944, do Código Civil vigente, pois em observância à extensão do dano, não restou excessiva à sua reparação nem aquém ao necessário para desencorajar a repetição de tais ações.

Com essas considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo inalterada a sentença hostilizada.

É como voto.

Recife, 12 de Março de 2013


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

171



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO 0202005-7 – GARANHUNS/PE
APELANTE: BANCO SANTANDER S/A
APELADO: JOSÉ CLÁUDIO CAVALCANTI DA SILVA
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO DO REVISOR

DA PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO:

Alega o Apelado que o demandado foi intimado, através de AR o qual foi devolvido e juntado nos autos em 18. 06. de 2009, fs. 86v e 87. Portanto, no seu entendimento, o prazo para interpor o presente recurso expirava em 03.07.2009.

Ocorre que a Secretaria considerou o trânsito em julgado no dia 17.07.2009.

Entendo que o Apelado está equivocado, pois verifico às fs. 53 dos autos o instrumento procuratório dos advogados do apelante, o qual determina que toda e qualquer notificação, Intimação ou publicação devem ser expedida, exclusivamente, em nome do Advogado da demandada.

Conforme certidão de fs. 95 o AR de intimação da sentença monocrática ao procurador da demandada, foi enviada aos Correios em 21.08.01, após o seu cumprimento foi juntado aos autos em 08.09.2009

Destarte, tinha o apelante até o dia 09.09.09 para ingressar com o seu recurso, vez que a citação ou intimação, for pelo correio, o prazo começa a contar da data da juntada aos autos do aviso de recebimento. Inteligência do artigo 241, inciso I, do CPC

O recurso é tempestivo porque foi juntado em 18.09.2009.

Rejeito a preliminar.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo.
Revisor

173



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO 0202005-7 – GARANHUNS/PE
APELANTE: BANCO SANTANDER S/A
APELADO: JOSÉ CLÁUDIO CAVALCANTI DA SILVA
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO DO REVISOR

DO MÉRITO:

No caso *sub judice*, o apelado recebeu do Banco apelante o montante de R\$ 11.09,16 (onze mil noventa e três reais e dezesseis centavos), devendo ser pago em 6 parcelas fixas de R\$ 455,40 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos) cada, iniciando em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009, em face de empréstimo consignado junto ao Banco apelante.

Ocorre que a empresa empregadora do autor – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – não efetuou o desconto do empréstimo na folha de pagamento do autor, conforme demonstrativo às fs. 13. Destarte, o Banco apelante se julgou no direito de efetuar o desconto na conta corrente do demandante, apesar de saber, como declara na sua contestação, que não se tratava de conta salário. Só no mês de fevereiro foi que a fonte pagadora passou a efetuar os descontos e a repassá-los ao banco demandante.

O Banco apelante continuou o desconto das parcelas já consignadas, não estornando os valores debitados no mês de fevereiro e maio do ano de 2007, na conta salário do apelado, acrescido de juros e correção monetária.

E, assim, o autor requer a indenização de danos morais, pois recebeu diversos telefonemas de cobrança do banco, teve o seu salário

174

retido indevidamente, apesar de ter informado as irregularidades ocorridas o demandante assim não entendeu, continuando a reter o seu numerário acima transcrito, bem como pleiteia o pagamento em dobro dos valores retidos, devidamente corrigido.

Entretanto, como é cediço, não pode as Instituições bancárias, mesmo que contratado, efetuar descontos nas contas salário dos seus clientes, pois em desacordo com a lei.

O banco retém, indevidamente, o dinheiro do demandante e acha que não praticou nenhuma ilegalidade e, ainda, que tal fato não trouxe dano ao demandante. Discordo.

Só para ilustrar, cito as seguintes jurisprudências:

"EMENTA:CIVIL E PROCESSUAL. DEDUÇÃO DO SALÁRIO DO CORRENTISTA, A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO, DE VALORES INADIMPLIDOS DE CONTRATO DE MÚTUO. IMPOSSIBILIDADE. CPC, ART. 649, IV. AGRAVO. IMPROVIMENTO. I.Inadmissível a apropriação, pelo banco credor, de salário do correntista, como forma de compensação de parcelas inadimplidas de contrato de mútuo, ante o óbice do art. 649, V, da lei adjetiva civil. II. Precedentes do STJ. III. Agravo improvido. (AgRg no Ag 514899/DF, Relator Min Aldir Passarinho Junior, DJ 16/02/2004 P.265, Quarta Turma, STJ)".

"EMENTA:CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. APROPRIAÇÃO,PELO BANCO DEPOSITÁRIO, DE SALÁRIO DE CORRENTISTA, A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE. CPC, ART. 649, IV. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE FATO E INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO.SÚMULAS NS. 05 E 07 - STJ. I. A controvérsia acerca do teor do contrato de empréstimo e da situação fática que envolveu o dano moral encontra, em sede especial, o óbice das Súmulas ns. 5 e 7 do STJ. II. Não pode o banco se valer da apropriação de salário do cliente depositado em sua conta corrente, como forma de compensar-se da dívida deste em face de contrato de empréstimo inadimplido, eis que a remuneração, por ter caráter alimentar, é imune a constrições dessa espécie, ao teor do disposto no art. 649, IV, da lei adjetiva civil, por analogia corretamente aplicado à espécie pelo Tribunal a quo.III. Agravo improvido.(AgRg no Ag nº353291/RS, Min Aldir Passarinho Júnior, jul.28.06.2001, Quarta Turma, STJ) "

Reconheço a ocorrência do dano moral, entendo que o abuso cometido pela Instituição Financeira, ora apelante, deve ser coibido, aplicável a indenização por danos morais contida na sentença "a quo", pois respeitado a proporcionalidade da sanção e evitado o enriquecimento sem causa do demandante.

175

Quanto a alegação do autor de que o juiz singular deixou de apreciar o pedido de indenização dos danos materiais sofrido, argüindo, assim, a nulidade da decisão, entendo preclusa a matéria, pois o remédio para sanar tal omissão seria os Embargos declaratórios.

Posto isto, nego provimento ao recurso de apelação, devendo a sentença ser mantida em todos os seus termos.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
Revisor